



澳門大學

UNIVERSIDADE DE MACAU

INTRODUÇÃO AO DIREITO CHINÊS

Prof. Salvatore Mancuso

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Maio de 2011

O DIREITO NA CHINA

Análise histórica para melhor
compreender o presente

Antes do século XXIII a.C.

- ausência de documentos ou artefatos históricos
- governantes mitológicos nas tradições arcaicas transmitidas oralmente

Império Xia (cerca de XXIII-XVII século a.C.)

- antigas tradições orais
- inexistência de fontes contemporâneas escritas
- alguns achados arqueológicos

Império Shang (XVIII – XII século a.C.)

- primeiros documentos escritos no fim da dinastia os quais foram narrados posteriormente na historiografia Confuciana
- estrutura ditada pelo rei (*Wang*王) e estruturada em relações feudais
- dificuldades nas relações centro - periferia: expedições militares contra os vassallos do rei
- fundamento ideológico sobre a descendência de um ancestral divino (*Shangdi*)

Império Zhou (1122 – 222 a.C.)

- Zhou Ocidentais (XII - VIII século a.C.)
- Zhou do clã Shang
- nova ideologia: mandato do Céu (para além dos descendentes)
 - Soberano (*Tian Zi*) = Filho do Céu
 - Tarefa: preservar a harmonia
- manutenção do clã - estrutura feudal
- primeira aparição de uma estrutura administrativa com encargos hereditários: 4 + 2 ministros (terra, guerra, justiça, obras + Estado e rituais)

Império Zhou (1122 – 222 a.C.)

- Zhou Oriental (VIII - III século a.C.)
- período de decadência da dinastia
- período das "Primaveras e Outonos" (cerca de 722 - 481 a.C.)
- período dos Reinos combatentes (403-221 a.C.)

Império Zhou (1122 – 222 a.C.)

- Estados guerreiros baseados no império militar
- fragmentação política
- aumento da produção e nascimento de uma classe nobre, mas sem grandes oportunidades económicas
- maior importância da família directa
- lei dessacralizada
- maior fomento do direito penal
- "Quando um Estado está pronto para morrer produz mais leis"

Império Zhou (1122 – 222 a.C.)

Período das "Primaveras e Outonos"

- este período tomou o seu nome dos Anais das Primaveras e Outonos, uma crónica do período, cuja autoria se atribuía tradicionalmente a Confúcio
- torna-se comum o uso do termo xing (punição) mais tarde substituído pela expressão fa (pena, regra, modelo punitivo)
- penas mais graves: a castração, a morte, mutilação do nariz, dos pés, tatuagem no rosto
- punição contra os vassallos rebeldes: a guerra
- relação lei/ guerra: o uso da força para a governança institucional

Comércio

- sem interesse para os nobres, era uma prerrogativa do povo e ajustado na esfera administrativa, caso necessário
- negócios realizados por costume e/ou regulamentados pelas autoridades locais
- o recurso às autoridades tornou-se possível para negócios jurídicos formalizados e registados de acordo com normas específicas
- as operações de capital entre os nobres eram governadas pelo *li* (礼). A pena derivada do *fa* (法) no caso de incumprimento nem sempre era aplicada segundo o nível social
- a decisão do juiz era projetada de maneira elástica e os remédios nas relações entre os nobres eram uma espécie de compensação ou restituição muitas vezes com sanções apenas pecuniárias

Propriedade

- atribuição de terras para os camponeses através do sistema "campos de poços" - 9 porções por rotação para 8 famílias = 1 / 9 da produção era um tributo ao senhor
- os agricultores são considerados parte da terra
- acordos entre os nobres sobre as propriedades sancionados pelo *li* em caso de falha - para o povo as sanções eram *xing*
- as decisões disputadas entre os nobres tinham um teor de mediação/conciliação com sanções de compensação/restituição e não penal
- diferentes habilidades de negociação entre nobres e o povo
- limitação do comércio de determinadas categorias de bens

O conceito abstrato de *Li*

Li (禮 pinyin: Lǐ) é um ideograma chinês clássico que encontra a sua utilização mais ampla na filosofia chinesa confuciana e pós-confuciana. Assim como outros ideogramas do léxico chinês, *li* não compreende um objeto definitivo, mas uma ideia um tanto abstrata e, como tal, é traduzida de diversas formas. Na maioria das vezes, *li* é descrito usando a palavra "ritual", mas também tem sido traduzido como "etiqueta", como "costumes", "moral" e "regras de bom comportamento", entre outros termos.

A confusão de *Li* e *Fa* antes do Império Zhou

Durante a era antiga, a partir da dinastia Xia até a dinastia Zhou (XXIII – VIII século a.C.), quando a China era uma sociedade escravista, os costumes, a moral e a lei não se encontravam claramente separados e todos eles eram designados por *li*. A sanção penal era realizada de acordo com as regras de *li*. O que significa que *li* equivalia ao Direito Penal da época.

Início do uso do termo *Li* (Ritual)

- Os governadores da Dinastia Zhou aprenderam uma lição com a derrota da dinastia anterior. A de se começarem a preocupar mais com as pessoas. Aprenderam que punições pesadas podem levar os escravos a reagir, daí começarem a considerar o uso da força moral para controlar as pessoas. Um político chamado Zhou Gong compôs todo um sistema de regras de *li* que foi usado na política e na sociedade: *li* torna-se uma ferramenta útil para o soberano governar o país.
- Originalmente rito da dinastia Zhou, o *li* torna-se então a base para as regras de conduta e de etiqueta
- O *li* parte da posição do indivíduo dentro da família e de lá retira as regras de conduta assentes em relações hierárquicas

O conceito de *Li* como Ritual

- Ritual (Lǐ, 礼) originalmente significava "sacrificar" numa cerimónia religiosa. No confucionismo o termo foi rapidamente estendido para incluir o comportamento cerimonial secular antes de ser usado para se referir ao decoro (propriety) ou cortesia (politeness) os quais são as cores da vida cotidiana. Os Rituais foram codificados e tratados como um sistema totalmente abrangente de normas.
- O Ritual divide as pessoas segundo categorias e constrói relações hierárquicas através de protocolos e cerimónias, atribuindo a todos um lugar na sociedade e uma forma de comportamento.

Surgimento de diferentes escolas de pensamento

No século VIII a.C., o poder descentralizou-se durante o Período das “Primaveras e Outonos” (春秋时代). Neste período, líderes militares locais ao serviço do rei Zhou começaram a afirmar o seu poder, disputando entre si a hegemonia. Em cada um das centenas de estados que acabaram por surgir, os homens fortes locais mantiveram a maior parte do poder político mas continuaram a prestar subserviência aos reis Zhou somente de forma nominal. Os líderes locais, por exemplo, atribuíram títulos reais a si próprios. As cem escolas de pensamento da filosofia chinesa floresceram durante este período, o Confucionismo, e influentes movimentos intelectuais tais como Taoísmo, o Legalismo e o Moísmo foram fundados, em parte como resposta a um mundo politicamente em mudança.

Confucionismo (551-479 a.C.)

É um antigo sistema ético e filosófico chinês originalmente desenvolvido a partir dos ensinamentos do sábio e filósofo chinês Confúcio. Debruça-se principalmente sobre a ética laica e a moral, bem como o cultivo do indivíduo civilizado, que, por sua vez, deverá contribuir para o estabelecimento de uma sociedade civilizada e, finalmente, a paz mundial. É um sistema complexo de pensamento moral, social, político, filosófico, e quase religioso que exerceu enorme influência não apenas na cultura e história da China, mas no Leste Asiático.

Confucionismo (551-479 a.C.)

Alguns princípios básicos da filosofia confuciana

- "Endireite os nomes às coisas" (Diálogos 13,3; Diálogos 12.11)
- normas como modelo de comportamento como previsto na tradição
- papéis e divisões sociais (*fen*)
- prevalência da justiça sobre a regulamentação/ repressão: se todos estudarem e agirem bem não se necessita do *fa*

Confucionismo (551-479 a.C.)

- ordenação das cinco relações sociais típicas (*wu lun*)

- rei-sujeito
- pai-filho
- marido-esposa
- irmão mais velho-jovem
- amigo-amigo

-relações desiguais

-relações sociais de acordo com virtude, tradições e rituais

- estudo para compreender a posição no mundo e nas relações com os outros

Confucionismo (551-479 a.C.)

- *Fa*: é útil para resolver um caso específico, um mal necessário para a manutenção da harmonia cósmica (Diálogos 12.13; Diálogos 13.6)
- *Li*: prevenção e melhoria, está na tradição, a base de um governo justo e eficaz (Diálogos 12.15; Diálogos 12.16; Diálogos 12.17)
- hierarquia, tradição, não o individualismo
- autoritarismo e paternalismo
- interesse público prevalece sobre o direito individual
- sociedade harmoniosa

O conceito de *Li* de acordo com o Confucionismo

O significado do *li* no confucionismo varia, indo de polidez- cortesia (politeness) e decoro (propriety) até à compreensão do lugar correto de cada pessoa na sociedade.

Externamente, o ritual é usado para distinguir entre pessoas: o seu uso permite conhecer quem é o mais jovem e o mais velho, quem é o hóspede e anfitrião e assim por diante.

Internamente, ele indica os deveres entre as pessoas e o que esperar delas.

O conceito de *Li* e a interiorização

A interiorização é o principal processo no ritual.

O comportamento formalizado torna-se progressivamente interiorizado, os desejos são canalizados e o cultivo pessoal torna-se marca de correção social. A obediência ao ritual com sinceridade faz do ritual a mais poderosa forma de cultivar a si mesmo. Assim, "respeitabilidade, sem os ritos, torna-se agitação laboriosa; cuidado, sem os ritos, torna-se timidez; ousadia, sem os ritos, torna-se insubordinação; franqueza, sem os ritos, torna-se rudeza" (Analectos VIII, 2).

O ritual pode ser visto como um meio de encontrar o equilíbrio entre qualidades opostas que poderiam levar a um conflito.

Importância dos pensamentos do Confucionismo

- centralidade da tradição, antiga sabedoria, autoridade
- as obras de Confúcio (especialmente os diálogos) tornam-se a base da ideologia dominante a partir do período Han
- os valores confucionistas ainda hoje têm grande importância

Império Qin (desde o IV século a.C.)

- estado combatente, centralizado e militarizado
- herança de cargos públicos abolida
- estruturação da administração
- declínio e abolição dos clãs e privilégios da nobreza
- maior importância da família imediata
- propriedade para não-nobres (terra para os soldados) e sua circulação
- herança em partes iguais entre os herdeiros
- controle sobre o comércio

Império Qin (desde o IV século a.C.)

- reforço da regra de direito: as leis são publicadas e aplicam-se a todos
- normas específicas sobre relações administrativas, familiares e empresariais
- criação dos "seis códigos" (*fajing*)
 - 6 leis: roubo, violência, detenção, prisão e vários outros assuntos e princípios gerais do sistema de justiça criminal
- centralização e infra-estruturas (estradas, dinheiro, pesos e medidas, a primeira Grande Muralha)
- funções administrativas realizadas noutros locais que não os de origem
- administração e jurisdição inseparáveis

Introdução do conceito de *Fa*

Outro nome da lei, começou a ser usado na dinastia Qin e significa regulamentos ou regras que devem ser obedecidos por todas as pessoas no país. O significado original de 律 *Lǜ* era escala (音律), que denota como foi usado à semelhança de notas dispostas em intervalos fixos a fim de mudar o comportamento diário das pessoas normais. Comparado com o *Fa*, *Lǜ* enfatizou o uso apropriado do direito enquanto *Fa* significa, sobretudo, um princípio legal ou direito.

Introdução ao Legalismo com a Dinastia Qin

Quando foi fundada a dinastia Qin, os imperadores adotaram a teoria do Legalismo para governar o país, e fizeram uma política chamada “Queima dos livros e sepultamento dos estudiosos”.

O Legalismo era uma filosofia pragmática, tendo máximas como "quando a época mudou, o legalismo foi o ato de seguir todas as leis", e o seu princípio fundamental é o da jurisprudência.

"Legalismo" pode ter o significado de "filosofia política que sustenta o Estado de Direito" e assim se distingue do sentido ocidental da palavra.

Princípios do Legalismo

As leis apoiadas pelos legalistas foram feitas para apoiar o Estado, o rei e as suas forças armadas. Em teoria, os legalistas acreditam que se os castigos são pesados e a lei igualmente aplicada, nem os poderosos nem os fracos poderiam escapar ao controle do Estado. Os legalistas valorizam especialmente o pragmatismo sobre a precedência e os costumes como a base da lei.

Princípios do legalismo

"Conduzi as pessoas com as injunções administrativas e colocai-as nos seus lugares com o direito penal, e elas evitarão punições, mas fá-lo-ão sem um sentimento de vergonha. Conduzi-as com excelência e colocai-as nos seus lugares através de papéis e práticas rituais, e em vez de desenvolverem um sentimento de vergonha, organizar-se-ão de forma harmoniosa. "(Analectos II, 3)

A diferença entre *fa* e *li*

- *fa* não sobe aos senhores, *li* não desce ao povo
- *li* determina o estado de nobreza e regula a vida dos nobres
- O *fa*, sendo mais duro, regula a vida do povo
- as regras são amplamente estudadas no período das "Primaveras e Outonos" e durante o período de Confúcio

Império Han (206 a.C. - 220 d.C)

- A dissolução rápida da Dinastia Qin foi atribuída à repressão especial.
- O Confucionismo foi revivido durante a dinastia Han que se seguiu, e se tornou a ideologia oficial do Estado imperial chinês. Sob a liderança do Imperador Wu, a Dinastia Han viveu o seu período mais próspero. O Imperador Wu decidiu que a política anterior já não era adequada à China e declarou oficialmente a China como um Estado confucionista. No entanto, combinou métodos legalistas com o ideal confucionista. Esta adoção oficial do Confucionismo leva não somente a um sistema de nomeação dos funcionários, mas também ao conhecimento obrigatório dos clássicos confucionistas por parte dos candidatos à burocracia imperial, uma exigência que durou até ao estabelecimento da República da China em 1911. Os estudiosos de Confúcio ganharam um estatuto de destaque dado que constituíam o núcleo do serviço civil.

Império Han (206 a.C. - 220 d.C)

- As Instituições Qin foram mantidas e estabilizadas, mas há um novo respeito para com os rituais e tradições também se vincular ao imperador e os burocratas
- Clássicos Confucionistas "codificados e adotados como base para a doutrina oficial do Império e para a formação dos funcionários (mandarins)
- A Burocracia é o motor e centro do Império (nomeação imperial de assessores - o exame para os funcionários públicos)

As leis Han

- Os 6 "códigos" (ou leis) Qin passam para 9 com a adição de:
 - prestações devidas ao senhor
 - gado
 - família
- regras do contrato (*qiyue*)
- coleções de leis para os funcionários
- interesse no estudo de leis e jurisprudência
- leis "aliviadas" nas sanções

Combinação de Li e Fa no Império Han

O estado proeminente dos estudiosos confucionistas mostrou uma combinação de Li e Fa. A partir de então, o soberano usou *li* para regular o comportamento das pessoas, e usou *fa* para punir as pessoas que infringem a lei. *Li* torna-se não só a *ratio legis*, mas também uma aplicação da lei. Na verdade, *Li* é o esquema e os métodos fundamentais aquando da feitura de leis e regulamentos.

As sucessivas dinastias

- **Sui** (581 – 618 d.C.)
 - os primeiros funcionários não-nobres na administração
- **Tang** (618 – 907 d.C.)
 - administração imperial, a nível central, prefeitura, provincial, distrital (ainda válido)
 - concurso aberto a todos os funcionários e testes ao longo da carreira
 - nenhuma herança, mobilidade da classe dominante
 - Código Tang (624 d.C.)
12 livros
abrange várias áreas (criminal, tributária, administrativa, família, relações de propriedade, etc.)
regra da lei ("a virtude e os ritos são a base da lei de governança, bem como instrumentos de punição")

As sucessivas dinastias

- **Song** (960-1279 d.C.)
- **Yuan** (1279-1368 d.C.)
- **Ming** (1368-1644 d.C.)

Código inspirado no Tang (1374) substituído por um novo, de 7 livros (1397) e um geral para cada um dos Ministerios

As sucessivas dinastias

Qing (1644-1911 d.C.)

- Código Qing (1740) criado com base na influência do modelo Ming: menos Legismo e mais Confucionismo
- tensão entre Confucionismo e Legismo
- princípio (muito geral) da legalidade do processo
- analogia penal (mas com limites)
- "Fazer o que não tem de ser feito" entre os delitos menores (recuperado da codificação das dinastias anteriores)
- não há razões para as decisões
- ser advogado não é um posto de prestígio (em muitos casos trata-se de um funcionário rejeitado - por vezes punido com clientes)

Continua: Reforma Qing

- privilégios para nobreza, velhos, crianças, mulheres, deficientes
- pode-se apelar ao alto funcionário, mas isto raramente é feito (revisão pelo nível central obrigatória para penas mais severas: pena de morte e penas dos funcionários)
- estudos jurídicos fora da administração imperial desencorajados
- desencorajados o conhecimento do direito e o uso de tribunais
- tipo de processo administrativo/ penal e inquisitório também para o direito privado
- processo de um funcionário ao abrigo das leis e do senso comum (utilizadas a literatura confucionista e os costumes do lugar)

O último período imperial

- Iniciativas no campo da codificação jurídica segundo modelos alemães importados através da experiência japonesa
- 1908: O Último Imperador (Pu Yi) - Tumultos ocorridos no Sul liderados por Sun Yat Sen
- 1911: Deposição de Pu Yi e fim do Império Celestial

República da China (1912-1949)

- 1912.01.01: Nascimento da República da China, liderado pelo partido Kuomintang (KMT) de Sun Yat Sen
- 1921: Nascimento do PCC
- 1926: KMT tenta reunificar o país - Chiang Kai-shek como o "governo de Nanquim"(1927)
- 1931: O PCC cria uma república de estilo soviético com base numa constituição curta e nas diretrizes da política
- Conflito entre o governo de Nanquim / PCC
- 1934: A "Longa Marcha" de Mao vinda do Sul chega a Pequim
- 1937: Invasão japonesa da Manchúria
- Conflitos entre Japoneses-nacionalistas-comunistas até ao fim da II Guerra Mundial
- 1948: O PCC assume o controle do território chinês

República da China (1912-1949)

- República da China em 1912 tinha uma constituição provisória
- Promulgação de leis e códigos entre 1929 e 1935 baseados na tradição jurídica europeia
- reconhecimento dos costumes
- em 1948-49 os líderes do Kuomintang de Chang Kai-shek mudaram-se para Taiwan transferindo o governo e as leis da República da China
- Nascimento do "problema" de Taiwan

As grandes reformas da lei pré-comunista chinês

• Reforma Qing

- Olhou para Oeste, mas com tendências conservadoras
- Ignorou completamente as regras tradicionais
- Abordagem conservadora dos assuntos familiares

• Reforma do KMT

- Modernização da lei e revolução do sistema preexistente
- As regras tradicionais são reconhecidas especificamente tanto quanto os princípios
- Abordagem progressista das questões familiares

República Popular da China (desde 1949)

- 1949.01.10: nascimento da República Popular da China
- leis do KMT revogadas pelo PCC logo em Fevereiro de 1949
- utilização na China comunista de “agendas políticas e decisões do governo”
- abordagem da lei pelo PCC:
 - princípio da autoridade
 - "Ritos" (políticos em vez dos tradicionais)
 - mediação e conciliação
 - restauração da ordem
 - função pedagógica da resolução autoritária de litígios ("punir um para educar cem")
 - valor secundário das leis e regras escritas

República Popular da China (desde 1949)

Aspectos particulares do pensamento jurídico de Mao

- povo = única entidade
- solução de problemas internos: mediação e conciliação
- solução de problemas externos: força (militar) e direito
- aquele que mantém o seu interesse não é parte do povo e torna-se seu inimigo
- luta contra o capitalismo e liberdade de pensamento (a tolerância primeiro, depois a repressão - um período chamado "100 flores")

República Popular da China (desde 1949)

- Início dos anos 50: tentativa de transplante do sistema socialista soviético
 - poucas leis e gerais
 - uso extensivo de regulamentos e atos administrativos
 - tentativa de criar uma doutrina político-jurídica
- 1958: quebra com Moscovo - Acabam as experiências de legalidade socialista e domínio da política pura
 - algumas leis gerais muito vagas
 - adoção de regulamentos e circulares para uso administrativo interno não-públicos e desconhecidos dos cidadãos
 - retroatividade da lei penal
 - punição dos crimes não especificados por lei - analogia

República Popular da China (desde 1949)

- coletivização de todos os bens
- abolição da propriedade privada
- eliminação do capitalismo
- declínio do valor das leis
- baixo valor da profissão legal
- "O Estado tem de ter poucas leis" e "O povo tem de temer a lei"
- Estado e partido político fundem-se no governo do Estado comunista

República Popular da China (desde 1949)

- 1966-1976: Revolução Cultural - A morte do Direito
 - o poder absoluto de Mao e da sua estrutura de poder, mesmo no PCC ("Guardas Vermelhos")
 - NPC (legislador) não funciona de 1964 a 1975
 - tribunais estão fechados em quase toda a parte
 - juízes muitas vezes deportados para campos de trabalho
 - sociedade regida pelo movimento revolucionário maoísta através das suas próprias regras políticas e instituições
 - “tribunais populares” usados para perseguir inimigos políticos sem as garantias processuais e materiais dos processos
 - desprezo pela cultura tradicional: destruição física de templos e livros

República Popular da China (desde 1949)

- 1976: morte de Mao
- 1978: Deng Xiaoping novo secretário do PCC
 - política de “portas abertas”: abertura ao resto do mundo
 - reforma do Estado e separação do PCC dos órgãos estatais
 - reconstrução do sistema legal (julgamento da “camarilha dos quatro”)
 - introdução do princípio do Estado de Direito: desenvolvimento de um sistema legal para governar o Estado
 - locação de terras estatais a grupos de agricultores familiares e abertura ao investimento estrangeiro através de empreendimentos conjuntos de empresas do Governo e do Estado (Lei jv 1979)

República Popular da China (desde 1949)

- 1992: desenvolvimento do setor económico: "capitalismo socialista"
- economia e empresas privadas para os chineses ("ficar rico é glorioso")
- inúmeras reformas legislativas de grande conteúdo
- reavivar das profissões jurídica e judicial
- novo valor do direito

As Constituições da RPC

- 1954: longa e técnica
 - consagra o princípio da independência do poder judicial
- 1975 e 1978: breves e radicais
 - controle total do Estado pelo PCC
 - referências à Revolução Cultural
 - papel fundamental do PCC no Estado chinês
- 1982: longa e técnica (**ainda em vigor**)
 - incorpora o princípio de independência do poder judicial (art. 126) (Independência dos indivíduos e membros do governo por causa do interesse pessoal mas não público, e não do PCC – essa influência é aceita em virtude do preâmbulo da Constituição prever a liderança política do PCC sobre as agências da nação e Estado)
 - enumera uma série de direitos fundamentais dos cidadãos

Constituição de 1982: as reformas

- 1988
 - introdução do princípio da legalidade socialista
 - reconhecimento de atividades económicas por empresas estrangeiras, de uma economia do setor privado e da utilização privada da terra
- 1993
 - introdução dos conceitos de “socialismo com características chinesas” e “economia socialista de mercado”
- 1999
 - referência ao Estado governado de acordo com o princípio do Estado de Direito
 - permissão da propriedade de alguns bens
 - setor privado da economia reconhecido como “importante”
 - propriedade do Estado descrita como “sagrada e inviolável” (art.12)

Constituição de 1982: as reformas

- 2004
 - o setor privado da economia é "encorajado"
 - os direitos humanos são mencionados
 - introdução do conceito de propriedade privada inviolável salvo desapropriação definida para o interesse público, em conformidade com a lei e prévia indemnização (art. 13 Cost.)
- Todas as reformas constitucionais resultam das decisões do Congresso do PCC e também são reformas da constituição do PCC

Estrutura do Estado chinês e papel do PCC

- Estado chinês organizado por níveis, com base na antiga estrutura imperial
 - administração central
 - Províncias (22), Cidades metropolitanas (4) regiões autónomas (5)
 - prefeituras ou distritos (cerca de 300)
 - condados (cerca de 3000)
 - municípios (46.000)
- as quatro cidades metropolitanas e outras grandes cidades são feitas de vários distritos / municípios
- Além disso, existem RAE de Hong Kong e Macau
- Taiwan?

Estrutura do Estado chinês e papel do PCC

- nos níveis central, provincial e municipal são as assembleias do povo que constituem o corpo legislativo (central [NPC] ou provincial) ou regulamentar (condado e município)
 - poder de supervisão sobre o governo no mesmo nível (nomeado pelas assembleias) e no nível inferior
 - assembleias não estão sempre em sessão
- nos níveis central, distrital e provincial há uma comissão permanente que se dedica a dirigir (incluindo a nomeação de cargos públicos) e aprovar a legislação (os atos mais importantes são depois confirmados pelo plenário)

Estrutura do Estado chinês e papel do PCC

- O PCC está estruturado de forma coerente com os órgãos governamentais aos mesmos níveis estatais
 - desempenha o papel de liderança política nos órgãos do Estado
 - indica os candidatos por cargos administrativos e governo em vários níveis

Estrutura de Tribunais

- Tribunais e Ministérios Públicos no mesmo esquema hierárquico
 - nível central = Supremo Tribunal Popular e Gabinete do Procurador Supremo
 - nível provincial = Supremos Tribunais e procuradores provinciais
 - nível de prefeitura = Tribunais e gabinetes do Ministério Público intermediários
 - nível de condado = Tribunais e procuradores de base
 - grandes cidades = secções dos Tribunais de base
- Tribunais e Ministérios Públicos, como órgãos do Estado, estão sujeitos à supervisão da Assembleia de nível correspondente, que nomeia os presidentes
- São financiados pelo orçamento de governo no nível correspondente

As relações entre os poderes de Estado

- não existe o princípio da divisão tripartida de poderes, mas uma distinção de funções
- o poder único pertence ao povo, que o realiza através do Partido e assembleias em vários níveis
 - as assembleias exercem a supervisão sobre o governo e Tribunais no nível correspondente
 - os tribunais não podem invalidar a legislação e os regulamentos, mesmo se inconstitucionais
 - apenas as assembleias de nível superior podem resolver o conflito de leis

As relações entre os poderes de Estado

- A Constituição estabelece que os juízes estão sujeitos apenas à lei, mas não descarta que o PCC também possa controlá-los
 - o caso das "expropriações" por "Aldeias Olímpicas"
- O mesmo controle é exercido sobre as profissões jurídicas
 - o caso do advogado Gao Zhisheng

Estado de Direito versus Estado de Política

=

Estado de Direito com características chinesas

O estudo de Direito na China

- problemas
- o apoio político necessário
- o novo papel de direito na China
- a profissão jurídica na China de hoje
- Advogados
- Juízes (desde 2001 licenciatura em Direito obrigatória)

Legislação

- Grande número de leis em diferentes áreas da vida jurídica
- Princípios Gerais de Direito Civil (1986)
 - nenhum Código Civil, mas conjunto de princípios gerais (diretrizes) no campo do direito privado
- Os Códigos de Procedimento
 - garantia de uma defesa e presunção de inocência
 - ainda não foi concretizado um genuíno e substancial respeito dos procedimentos
 - julgamentos penais quase sempre com condenação
 - difícil execução das decisões em matéria civil especialmente se a parte vencida é o Estado ou empresa pública

Legislação

- Lei geral sobre os recursos administrativos e de contencioso
 - quase sempre resulta em favor da administração
- Propriedade privada (2007)
- Direito do Trabalho (2007)
- Leis pela adesão da China à OMC
 - Propriedade Intelectual
 - Adaptação da empresa
 - Transparência administrativa e reorganização do sistema jurídico que, se implementado, terá um impacto profundo na relação entre Estado e PCC com Direito, leis e Tribunais

Legislação

- O recurso à lei e aos Tribunais já não é considerado um ato socialmente repreensível
- A sociedade chinesa está evoluindo para um modelo onde a lei e direito assumem um papel cada vez mais importante
- No entanto, as leis mais importantes contêm cláusulas de salvaguarda ao interesse público ou à economia e às políticas socialistas, sendo que o partido se encarrega ele próprio de colmatar as lacunas da lei (ex. art. GPCL 6)

China e comércio internacional

- Investimentos estrangeiros na China
 - Empreendimentos Conjuntos (*Joint ventures*)
 - WFOE (*Wholly Foreign Owned Enterprise*)
 - Ramos
- Negociações locais - importância – ritos
- Disputas comerciais
 - Tribunais chineses
 - arbitragem comercial

As linhas de desenvolvimento

- evolução para um modelo onde o Direito e as Leis têm um papel cada vez mais importante
- desenvolvimento geral para um modelo de *civil law* "com características chinesas"
 - olhar para a Europa e o Direito Romano
- exportação do modelo legal chinês
- desenvolvimento económico e relações China-África